

**A FILOLOGIA TEXTUAL:  
O REVELAR DE ASPECTOS DA HISTÓRIA**

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB/SALT)  
[conceicaoreis@terra.com.br](mailto:conceicaoreis@terra.com.br)

INTRODUÇÃO

Acreditam os especialistas que o termo filologia tenha sido cunhado pelos gregos, não se sabe ao certo quando de sua origem, apenas apontam os filósofos gregos Platão e Aristóteles como os primeiros a documentarem por escrito o seu emprego. Tomando-se a palavra na sua acepção etimológica, têm-se dois radicais gregos *phílos* e *lógos*, que significam, respectivamente, ‘amigo’ e ‘ciência’. Daí ter sido entendida como a ciência ‘amiga da palavra’, ou seja, ramo do saber que estuda a palavra, especialmente a palavra escrita e, por conseguinte, filólogo seria o profissional que estuda, pesquisa a linguagem e a literatura a partir do texto.

Uma busca do seu significado nos dicionários, nas enciclopédias e nos manuais especializados, aponta para uma divergência quanto à sua acepção, abrangência e objeto de estudo. O *Dicionário de Términos Filológicos* de Lázaro Carreter (1990) traz a seguinte acepção “[...] ciência que estuda a linguagem, a literatura e todos os fenômenos de cultura de um povo ou de um grupo de povos por meio de textos escritos.” A *Enciclopédia e Dicionário*, de Koogan e Houaiss (1994, p. 375), definem como:

Estudo de uma língua através de seus documentos escritos, que visa não só a restauração, fixação e crítica dos textos para o conhecimento do uso linguístico e sua história, mas também à compreensão da globalidade dos fenômenos culturais, especialmente os de ordem literária, a que ela serve de veículo.

Gladstone Chaves de Melo (1971, p. 20), em *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa*, diz que o objeto é a forma de língua atestada por documentos escritos. Heinrich Lausberg (1974) comunga da mesma ideia, pois assinala, em *Linguística Românica*, que o objeto de estudo da filologia são as ‘obras’ ou ‘textos’, e esclarece que os filólogos trabalham com os textos de uso pragmáticos bem como os textos de uso repetido, ou seja, literários.

## TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

Quanto à sua abrangência, alguns especialistas normalmente apontam o estudo histórico e comparativo entre as línguas, buscando descobrir as relações de parentesco entre aquelas e os processos evolutivos por que passaram algumas línguas ou formas de uma dada língua. Outros reclamam para a filologia a atividade de crítica textual, isto é, reunião do conjunto de versões e testemunhos de uma obra a fim de restituir a sua autenticidade, genuinidade.

Dentre os primeiros, pode-se citar Bakhtin (2004), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, por exemplo, que diz que a filologia se preocupava com o estudo das línguas mortas conservadas em documentos escritos. Afirma ainda que:

[...] O filologismo é um traço inevitável de toda a linguística europeia, [...]. Por mais que voltemos os olhos ao passado para traçar a história das categorias e dos métodos linguísticos, sempre encontraremos filólogos. Os Alexandrinos eram filólogos, assim como os romanos e os gregos (Aristóteles era exemplo típico). Também a Índia possuía seus filólogos. (Bakhtin, 2004, p. 97)

Entre os segundos, aponta-se aqui Lausberg (1974, p. 2), o qual afirma que à filologia compete “[...] a tarefa da crítica textual, interpretação de textos e a integração superior dos textos”. Erich Auerbach (1972), em seu livro *Introdução aos Estudos Literários*, não descarta do campo de atuação da filologia o estudo histórico-comparado das línguas, mas assevera que “Uma de suas formas mais antigas, a forma por assim dizer clássica e até hoje considerada por numerosos eruditos como a mais nobre e a mais autêntica, é a edição crítica de textos.” (Auerbach, 1972, p. 11). Comungamos com aqueles que concebem a filologia como uma ciência ampla, a qual abarca tanto a matéria da comumente denominada linguística histórica quanto o da crítica textual.

Como se pôde perceber da discussão empreendida, nos parágrafos anteriores, em torno das definições apontadas, a filologia, ao longo de sua trajetória, firmou-se como ciência do texto, mas quanto à sua abrangência, muito ainda se discute. Não há consenso entre os especialistas, entretanto, há certa unanimidade ao reconhecerem a sua importância para todas as áreas do saber. Em certa medida, a filologia nasceu como ciência histórica cujo objeto é o conhecimento das civilizações passadas cujo registro está nos documentos escritos. E, por esta razão, somente através do labor filológico, seja através do

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

estudo linguístico ou da crítica textual, que é possível ao homem contemporâneo compreender e explicar as sociedades antigas.

Tanto na direção da Linguística Histórica como na da Filologia Textual, o trabalho do filólogo pode ser comparado com o do arqueólogo, pois enquanto este procura conhecer as civilizações da Antiguidade através dos vestígios materiais aquele estuda os testemunhos escritos a fim de desvencilhar a história das civilizações que sobejai dos materiais escritos deixados por aquelas.

No presente artigo, pretende-se discutir a contribuição do trabalho executado pela Filologia Textual no concernente ao desvendar aspectos relacionados a questões históricas ainda lacunares.

### HISTÓRIA E LITERATURA

A relação entre história e literatura é antiga. Aristóteles, no capítulo nove da *Poética* (1996), traz a distinção entre poesia e história. Diz que a poesia imita o universal; a história, o particular. Daí pode-se deprender que interessa ao poeta não os fatos em si, mas a estrutura deles e interessam ao historiador os fatos em sua singularidade. Por esta razão, é comum se afirmar que o historiador copia o que aconteceu já o poeta copia o que poderia ter acontecido.

Os elementos com os quais o historiador trabalha são mentalidades, sociedade, memória coletiva ou eventos pontuais e, por esta razão, funcionam para o historiador como personagens de um enredo, de uma narrativa. Conforme é sabido, a narrativa articula os traços da experiência temporal, isto é, o tempo só se mostra inteligível para o homem na medida em que ele é pensado de modo narrativo.

Cabe ressaltar aqui que a narrativa histórica se distingue da literária. Enquanto o romancista imagina seus acontecimentos e personagens, o historiador baseia-se em provas, isto é, em vestígios do passado que não podem ser forjados pelo historiador. Essas provas não são reflexos da realidade e, por conseguinte, não são verdades absolutas; no entanto, elas constituem o elemento empírico de que necessita o historiador para construir sua narrativa. Entretanto, história e literatura convergem em diversos aspectos no que se refere ao

## **TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO**

estatuto narrativo de ambas, a historiografia não avançará muito, caso se engaje nas “experiências literárias”.

Roger Chartier (1994, p. 110), em *A História Hoje: Dúvidas, Desafios, Propostas*, ao tratar da relação entre história e literatura, ressalta que mesmo que o historiador escreva de uma forma ‘literária’, ele não faz literatura, e isso em decorrência de sua dependência ao arquivo, portanto em relação ao passado do qual ele é vestígio.

Toma-se aqui o discurso histórico como sendo caracterizado pela unidade de tempo e pluralidade de ação e o discurso poético, pela mobilidade de tempo e unidade de ação.

Dentro desta perspectiva, vale lembrar que os textos literários recriam fatos do cotidiano, narrando acontecimentos que marcam uma determinada época, deixando desenhados nas suas narrativas perfis sociais, políticos e culturais de um povo, de uma região, particularizando-a, singularizando-a, distinguindo-a dos demais povos ou regiões.

Tecidos estes breves comentários a respeito da relação da história e da literatura, é mister destacar que tanto a história como a literatura carecem do labor filológico; da mesma forma que outras áreas do saber também necessitam do trabalho do filólogo do texto.

Conforme referido anteriormente, a história tem como matéria-prima de seu labor as mentalidades, a sociedade, a memória coletiva e os eventos pontuais. Como ter acesso a este material, quando este não se refere mais ao tempo presente, mas ao tempo pretérito das civilizações? Como penetrar nestes meandros, decifrando os seus mistérios?

Para desvendar aspectos das civilizações antepassadas de forma mais objetiva possível é necessário adentrar nos documentos lavrados nas diferentes épocas, sejam eles notariais, sejam literários. Ressalta-se que qualquer olhar sobre o presente ou sobre o passado sempre será subjetivo, porque aquele será mediado pelos discursos internalizados de quem lança o seu olhar. E, conforme Bakhtin (2004, p. 95), “[...] a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido ideológico vivencial.” Portanto, a objetividade do historiador será sempre relativa, porque será mediada pelas ideologias que perpassam o sujeito que lança o olhar sobre determinado fato ou a-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

acontecimento, inclusive porque a escolha por este e não por aquele acontecimento já implica em subjetividade, foi condicionada pela forma de ver e conceber o mundo e dos discursos que engendraram e constituíram o discurso deste sujeito.

Depois de centenas de milênios transcorridos da história da humanidade será que ainda existem aspectos ainda lacunares? Os homens nas diferentes civilizações não fizeram estudos históricos que elucidaram a sua própria história e de seus antepassados? Quais aspectos da história que ainda se encontram lacunares? Em que sentido a filologia textual poderá contribuir na escrita ou rescrita da história?

### HISTÓRIA SÓCIO-POLÍTICA, CULTURAL, LITERÁRIA E LINGUÍSTICA: A GUIA DE EXEMPLO

#### *História Social, Política e Cultural do Brasil*

Muitas foram as transformações por que passaram as sociedades humanas ao longo do tempo. E, levando-se em consideração que o objeto de estudo da história é tudo aquilo que é representado como tendo existido até agora, muitos aspectos da história das civilizações ainda estão por ser desvendados. O que se sabe sobre a ‘verdadeira’ história da evolução do pensamento político na Bahia, por exemplo?

A pesquisa em periódicos do século XIX tem revelado que os jornais funcionavam como tribuna para diversos seguimentos da sociedade expor suas opiniões sobre os mais variados assuntos. Era, por exemplo, comum o debate entre os republicanos e os liberais, entre os abolicionistas e os escravocratas, entre ‘os machistas’ e ‘as feministas’. Mas, como saber o que pensava um e pensava o outro? Quais os seus ideais? Quais seguimentos da sociedade faziam parte deste ou daquele grupo? Existia alguma rede cooperativa entre os escravocratas e/ou entre os abolicionistas?

A recolha dos textos veiculados nos jornais que circularam nas províncias baianas e brasileiras, preparando-lhes edições, permitirá aos homens contemporâneos compreender, decifrar estas e outras

## TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

questões que marcaram a história política, econômica e social do país. É neste sentido que o labor da Filologia Textual é imprescindível para se decifrar as histórias engendradas nos textos escritos pelos diferentes povos dos vários períodos da história da humanidade.

Com o objetivo de exemplificar a qualidade dos textos veiculados nos periódicos brasileiros do século XIX para elucidar questões históricas, transcreve-se um trecho de uma carta datada de 10 de janeiro, de autoria, recolhida do jornal *Diário da Bahia*, publicada na seção “Noticiário”. Depreende-se da leitura do trecho da referida carta que o Senhor Barão Simão Dias alforriou 63 escravos, mas estes permaneceriam em sua fazenda trabalhando e receberiam como remuneração parte da produção de café.

Assim os 63 libertos [...] achão-se todos na fazenda; receberão a noticia da alfor[-]ria a principio com surpresa e depois com enter[-]necimento tocante que fazia chorar; estão con[-]tentes e trabalhão em commum, não me cabendo do producto do trabalho senão a meiação do café.

Dei lhes todo o mantimento que se achava nos armazens bem como a roupa que, segundo o costume, devião receber n'este mez.

Os que me servião em casa não quizerão pre[-]valecer-se do direito que, como homens livres tem hoje de procurarem collocação onde lhes aprouver; declararão que me acompanharão (sic) até a morte, independentemente de qualquer salario, eaté (sic) agora têm servido de modo irre[p]rehensivel. Os doentes continuão a ser tratados por minha conta, como outr'ora.

Estou, emfim, como entre bons amigos. Os meus libertos não tiveram ainda uma rixa e trabalhão bem, consci[os] de que trabalhão para si e de que sou incapaz de prejudical-os. Se quizer verificar por si mesmo tudo isto, dê um passeio até esta sua casa para interrogal-os, conhecer de suas disposições e vel-os no trabalho. Como isto é bom! E' a minha consolação suprema no leito onde me acho e no qual apenas posso subscrever esta carta (*Diario da Bahia*, 1884, p.1).

**História Literária**

O desenvolvimento de uma cultura leitora em terras ameríndias contava com muitos empecilhos. Nos fins do século XV, enquanto na Europa a difusão do saber ganhava grande impulso com o advento do texto impresso, utilizando-se os tipos móveis de chumbo fundido, no Brasil o acesso ao texto escrito era privilégio de poucos. Durante o Brasil colonial, as pessoas precisavam importar o texto impresso de Portugal, enfrentando, com isso, uma série de trâmites burocráticos, os custos do transporte e a censura da metrópole.

A chegada da Família Real portuguesa ao Brasil leva à mudança deste estado de coisas. Em 13 de maio de 1808, D. João VI fundou a Imprensa Régia, a princípio, com único objetivo de divulgar toda a Legislação e Papéis Diplomáticos do serviço real. Mas, meses depois, em função da necessidade e da falta de outra tipografia, foi permitido em seus prelos a passagem de textos literários e de conhecimento gerais.

Pouco a pouco, o texto impresso tornava-se objeto conhecido. As tipografias foram surgindo, livreiros estrangeiros foram se estabelecendo, mas não o suficiente para atender à demanda das criações literárias produzidas em nosso país. Até o século XIX quase todos os grandes romancistas da literatura brasileira divulgaram as suas primeiras obras em capítulos publicados semanal ou quinzenalmente em folhetim, que alguns jornais faziam circular, inicialmente, nas grandes cidades e, depois, nas pequenas e longínquas províncias.

Acredita-se que, em terras brasileiras, a divulgação de romances em folhetim inicia-se com o Romantismo e se estende até o Naturalismo. Como acontecera além-mar, entre nós essa prática gradativamente foi se generalizando em diversos jornais que circulavam em várias cidades, principalmente nos grandes centros. Os nossos periódicos se encarregavam tanto de publicar traduções de romances estrangeiros como de divulgar textos nacionais. Por esta razão, muitos escritores que fazem parte do cânone literário tiveram seus primeiros romances publicados quinzenal, semanal ou diariamente em folhetins.

Diferentemente do que muitos pensam, várias cidades pertencentes às províncias distantes dos grandes centros também fundaram

## **TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO**

seus jornais e se encarregaram da prática da publicação do romance folhetim de autores brasileiros ou estrangeiros. Muitos são os que tiveram a sua obra circunscrita nos limites locais e, que, infelizmente, são desconhecidos até os dias atuais.

O resgate da produção literária veiculada nos periódicos com aplicação dos procedimentos metodológicos da Filologia Textual representa a integração na história literária baiana e brasileira, cumprindo com um dos deveres que a filologia tem com o patrimônio espiritual produzido por uma comunidade, permitindo não só reconstruir a vida cultural local, mas, principalmente, contribuir para a (re)escritura de um capítulo da historiografia literária baiana, inserindo o nome de escritores que tiveram uma produção expressiva e significativa, mas que não receberam o devido valor.

### *História Linguística*

Não podemos perder de vista que os textos literários recriam fatos do cotidiano, narrando acontecimentos que marcam uma determinada época, deixando desenhados nas suas narrativas perfis sociais, políticos e culturais de um povo, de uma região, particularizando-a, singularizando-a, distinguindo-a dos demais povos ou regiões. Com frequência os autores utilizam fatos de suas vidas como matéria de literatura, produzindo as chamadas obras confessionais, entretanto, os fatos pessoais são apenas partes da matéria literária, ou seja, o ponto de partida. Mesmo nas obras não confessionais a realidade, o mundo a sua volta constituem em matéria prima para o escritor. Entre o que o autor viveu ou sentiu e a obra existem todas as mediações da imaginação, da invenção. Por esta razão, alguns críticos literários afirmam que o texto literário é uma representação da realidade.

Entende-se que a linguagem é condição *sine qua non* para a assimilação dos padrões culturais e, conseqüentemente, sem o seu uso seria impossível desenvolver a essência da cultura. Cada língua está adequada à cultura em que se desenvolve, por essa razão, a língua, meio de comunicação entre os componentes de um grupo, é essencial para a formação da cultura. E o léxico, sendo o nível da língua que sempre se encontra em constante processo de renovação e o



## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

meio através do qual a sociedade pode ver o mundo, – deixando transparecer os valores, as crenças, os hábitos e os costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas em uma sociedade – é o melhor meio de se conhecer ou de se fazer inferências a respeito dos fatores que condicionaram e condicionam a formação de um grupo sociolinguístico-cultural.

Fato é que a influência de outras culturas fica marcada, de forma significativa, na própria língua. E, em seu sentido prático, a língua é inseparável do seu conteúdo ideológico, ou relativo à vida. Muitas questões sobre a sócio-história da língua portuguesa implantada em solo brasileiro ainda carecem de serem esclarecidas.

Os documentos constantes nos acervos públicos e privados do Brasil, quando trazidos à tona pelo filólogo, poderão contribuir para se traçar a verdadeira história da língua no Brasil, possibilitando aos pesquisadores das diferentes linhas teóricas identificarem nas estruturas da língua aqui falada quais elementos são resultantes do contato mantido entre as línguas existentes durante o período do Brasil colônia.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É só na história que o homem existe e a literatura nada mais é que o discurso da existência humana, das suas várias possibilidades, sendo a história o seu desdobramento no tempo. É necessário ressaltar que o discurso é a manifestação textual das formações ideológicas, supõe o conjunto das relações sociais que o constituem e está preso a uma série, a um domínio, a processos discursivos específicos. O discurso histórico e o discurso literário interagem, interrelacionando-se com os demais discursos, dos quais se apropriam, construindo-se, cada um em seu domínio.

Através do resgate da obra e da recuperação do texto, o filólogo estará contribuindo para a compreensão do período em que os textos foram lavrados e, por conseguinte, para desvendar alguns aspectos da história sócio-política, cultural, literária e linguística de uma sociedade.

## TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

### REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Tradução José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de términos filológicos*. 3ª ed. corr. Madrid: Gredos, 1990.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994.
- HOHLFELDT, Antonio. *Deus escreve direito por linhas tortas: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 a 1900*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- KOOGAN / HOUAISS. *Enciclopédia e dicionário*. Rio de Janeiro: Delta, 1994.
- LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica*. Tradução Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1974.
- LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica*. Tradução Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. 2ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1981.
- LUCAS, Fábio. Literatura e História: história da literatura. *Revista Letras*, São Paulo, nº 22, p. 80-89, 1982.